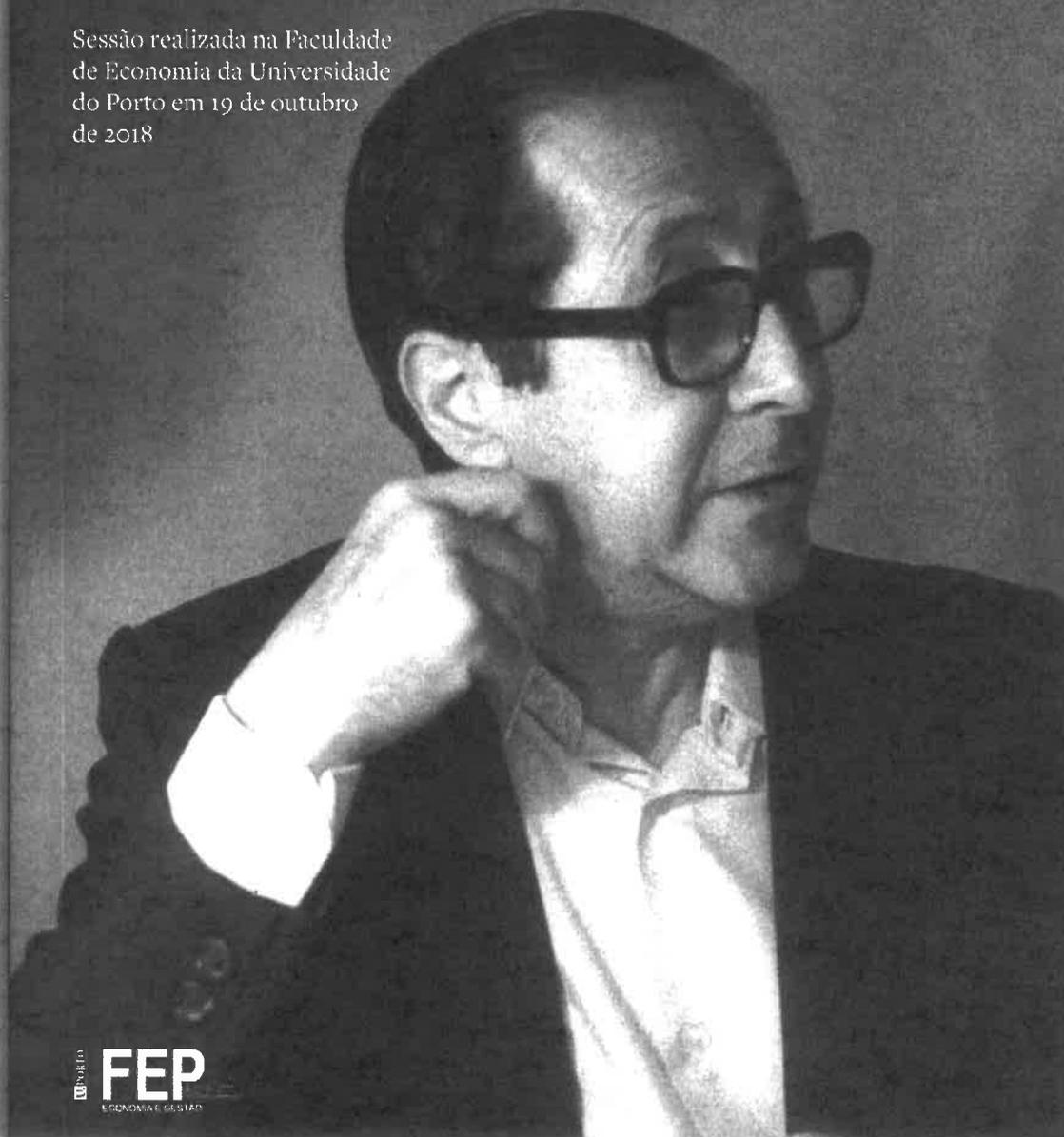


# CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE ARMANDO CASTRO (1918-1999)

Sessão realizada na Faculdade  
de Economia da Universidade  
do Porto em 19 de outubro  
de 2018



\* Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

\*\* O autor não escreve segundo o Acordo Ortográfico.

## Armando Castro e o ISEG\*

Carlos Bastien\*\*

1. O objectivo desta comunicação na sessão de homenagem a Armando Castro não é tanto o de expôr uma reflexão crítica sobre a sua intervenção pública enquanto cidadão ou da sua acção enquanto cientista e professor – isso foi já feito, ainda que parcialmente, noutros momentos, designadamente por Carlos Pimenta e por mim próprio – mas dar a conhecer algumas facetas mais pessoais, numa abordagem essencialmente memorialista, de uma parte da sua vida académica. A sua simplicidade, e porventura a sua indiferença relativamente a homenagens póstumas, não nos impedem de reflectir sobre o significado da sua vida e sobre a importância da sua obra.

Para isso, estas notas fundamentam-se em informações constantes da documentação já conhecida sobre a sua vida e obra, em indicações sobre o seu percurso de vida que foram sendo colhidas e referidas por colegas e companheiros que com ele privaram, mas fundamenta-se em particular na memória do convívio científico que com ele mantive, quer enquanto estudante quer quando já professor, procurando dar aqui disso um breve testemunho.

Com efeito, convivi, ainda que de forma irregular, mas pontualmente intensa, com Armando Castro entre o início da década de 70 e o seu falecimento em 1999. O afastamento geográfico, vivendo e trabalhando ele no Porto e eu em Lisboa, assim o determinou.

2. Há alguns aspectos do percurso de Armando Castro – uma vida que acompanhou muitos dos grandes acontecimentos históricos do século passado – que importa lembrar brevemente, porque são relevantes para o entendimento dos termos do convívio referido e mais amplamente da relação que manteve com o ISEG.

Armando Castro rumou a Coimbra para estudar na Faculdade de Direito em 1936, integrando desde cedo o que Costa Dias chamou a "Geração de 37", isto é a primeira geração de intelectuais marxistas, na sua maioria ligados ao movimento artístico neo-

-realista. Ao mesmo tempo, Armando Castro à semelhança de parte significativa dos seus companheiros, envolveu-se numa acção política militante no âmbito do Partido Comunista Português; no seu caso a partir de 1938.

Entretanto, licenciou-se em ciências jurídicas em 1941 e em ciências político-económicas no ano imediato, sendo um dos três estudantes melhor classificados, nomeadamente em ambos os cursos. Os outros dois estudantes eram Fernando Pinto Loureiro e Fernando Seabra.

À semelhança dos seus dois colegas de curso acima referidos, tinha claro o seu projecto de prosseguir na Universidade enquanto professor e investigador na área da economia política. Era esta a carreira que desejava, a carreira pela qual lutou e para a qual estava vocacionado.

Na realidade dos factos, essa potencial carreira na Faculdade em que se havia formado fechou-se para si, e para Pinto Loureiro, os dois com opções ideológicas e políticas progressistas, abrindo-se então a porta da Universidade apenas para o partidário do Estado Novo.

Pouco depois, ainda nos anos 40, Armando Castro entreviu a hipótese de vir a tornar-se professor de economia na Faculdade de Ciências do Porto, mas mais uma vez quis o destino, ou melhor, o veto do integralista e então director da Faculdade de Direito Lisboa, Ruy E. Ulrich, que as portas da Universidade se lhe fechassem de novo.

Armando Castro iniciou então um longo período em que, à margem da universidade, em acumulação com a prática da advocacia que lhe garantia (mal) a sobrevivência e em rigoroso autodidactismo, prosseguiu de forma incansável os seus estudos e constituiu-se como "intelectual específico", isto é, como intelectual que intervém no espaço público através dos seus livros, artigos e conferências não só em nome de valores universais, mas sobretudo a partir das suas competências específicas.

Essas competências traduziram-se numa vasta obra desenvolvida à luz de uma mundivisão marxista, abarcando diversas áreas do conhecimento, designadamente a economia, a história do pensamento económico, a história económica e a epistemologia, constituindo desde o seu início e no seu conjunto um importante elemento da resistência cultural ao obscurantismo do Estado Novo.

Dessa vasta obra cabe destacar, por mais inovadores no plano da análise económica pura, como procurámos já sublinhar noutro contexto, *Origem e destino da teoria subjectiva do valor e Algumas considerações acerca da chamada lei do rendimento decrescente*, dois estudos publicados em 1948 na *Revista de Economia*. No âmbito da economia aplicada, cujo primeiro estudo *A importância da electricidade*, remonta a 1940, há que salientar os *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*, de 1968, e *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*, de 1970.

No que respeita à história do pensamento económico, há a destacar os três volumes publicados entre 1978 e 1980 que constituem uma breve mas inovadora história do pensamento económico em Portugal, em rotura com o que até então havia sido a tradição académica, marcadamente idealista e de predominância bibliográfica.

No plano da história económica, o essencial da sua contribuição científica está na *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa*, de 1947, na qual o estudo das estruturas precede sobre o das práticas sociais, e que constitui ainda hoje referência importante para a história económica, industrial e bancária portuguesa; numa inacabada *História Económica de Portugal* e, sobretudo, em *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*, obra cuja publicação se iniciou em 1964 e na qual a proposta de interpretação da formação económica e social portuguesa daqueles séculos é suportada por uma construção original da teoria económica do modo de produção feudal, sua forma de organização, de funcionamento e de evolução. Este último texto constitui mesmo um exemplo particularmente significativo de como a sua obra, não obstante o seu pioneirismo, viu o potencial impacto limitado pela a barreira linguística, não obstante algumas referências de pares brasileiros e de alguns dos seus textos terem sido traduzidos e editados em países europeus, ainda pelo significativo isolamento em que decorreu o seu labor e necessariamente pela prevalência de preconceitos ideológicos anti-marxistas no meio académico.

Cabe notar que, enquanto marxista, Armando Castro não foi nem um divulgador, nem um exegeta das obras fundadoras deste sistema teórico, mas essencialmente um investigador que recorreu aos conceitos fundamentais do materialismo histórico e dialéctico e da economia política para neles basear uma heurís-

tica positiva expressa frequentemente numa linguagem muito própria. Enquanto marxista deve ser considerado um ortodoxo, mas só no sentido em que focou a sua ortodoxia no método de investigação e de exposição – a sua preocupação com o rigor na metodologia e nos dados empíricos em que se baseia é uma constante quase obsessiva dos seus trabalhos – e não por um eventual apelo mecânico a conteúdos ou leis universais. Acresce que os seus escritos denotam atenção a diversas contribuições teóricas sobre as quais foi reflectindo e que, de forma mais ou menos discreta, foi incorporando pontualmente nas suas próprias perspectivas analíticas. Essas contribuições vão desde trabalhos de Paul Sweezy e de Maurice Dobb a abordagens mais recentes, como a teoria das economias-mundo de Immanuel Wallerstein. A sua própria reflexão epistemológica – uma das suas preocupações desde os primeiros escritos – em grande medida singular, incluindo o seu assumir do marxismo como ciência da história e não como filosofia da história, não deixa de sugerir alguma influência da leitura althusseriana de Marx, que de resto citou pontualmente.

3. O seu primeiro contacto com o ISEG, ou melhor, com um professor do ISEG, datará dos anos 40, quando preparou o seu livro *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa*, para a Biblioteca Cosmos dirigida por Bento de Jesus Caraça.

Os seus contactos com o ISEG enquanto instituição são, contudo, mais tardios e datam, ao que creio, de finais dos anos 60. Nesta época o ISEG, tal como grande parte da universidade portuguesa, encontrava-se em estado de rebelião. Rebelião contra a política do Estado Novo, em particular contra a guerra colonial que afectava directamente os estudantes nas suas perspectivas de vida, mas também rebelião contra o ensino da economia aí existente e que consistia, no essencial, no plano da economia teórica, na difusão da síntese neoclássica, com afastamento das correntes heterodoxas, e, no plano da economia aplicada, no minimizar da informação e discussão sobre as condições concretas da economia e da política económica portuguesas em favor de saberes técnicos desgarrados das condições e consequências práticas e sociais da sua aplicação.

O movimento estudantil era aí, pelo menos desde a crise académica do início dos anos 60, hegemónica pela esquerda, mas,

em especial num período compreendido entre 1969 e 1972, a situação evoluiu. A ideia de associação de estudantes enquanto organização de tipo sindical defensora dos interesses imediatos dos estudantes, deu lugar, porventura em parte em resultado dos ventos que sopravam do Maio de 68, a uma nova ideia que privilegiava a crítica do *establishment* político e académico, através da contestação dos conteúdos e métodos de ensino e da afirmação de uma contra-cultura abrangendo os próprios saberes económicos. Daqui resultou uma situação algo paradoxal vivida por muitos estudantes progressistas, já que, para além de terem de cumprir um percurso académico que lhes permitisse “passar de ano” sentiam a necessidade de em paralelo realizarem um outro percurso de aprendizagem que lhes permitisse compreender o modo com a economia e a sociedade à sua volta funcionavam de facto. Mas mais paradoxal é que essa contra-cultura foi invadindo de modo crescente o ensino formal, desde logo porque a crise orgânica do regime, e do ISEG em particular, foi tornando ineficaz a selecção política e ideológica de parte significativa de um corpo docente, composto maioritariamente por cerca de três centenas de assistentes, sendo que parte significativa desse corpo docente adoptou uma atitude compreensiva ou colaborante com o movimento estudantil e com o repúdio do Estado Novo. À época, esta contra-cultura era suportada por alguma literatura crítica que circulava entre os estudantes, ou pelo menos entre a parte mais comprometida, de que lembro os *Aparelhos Ideológicos* de Estado de Althusser, importante na caracterização da Universidade enquanto elemento de reprodução do capitalismo, e alguns textos de Gramsci sobre a problemática da hegemonia, relevante para a sustentação da estratégia de construção da referida contra-cultura, pelo menos no ambiente académico. Esta “guerra de posição”, para usar ainda uma expressão cara a Gramsci, visando a conquista de posições importantes para a contra-cultura académica, e conseqüentemente para a mobilização política no plano mais largo da luta anti-fascista, tinha como referencial teórico abrangente e base do discurso crítico o marxismo. Simboliza esse momento a edição parcial do Livro I de *O Capital* de Marx, numa edição stencilografada da Associação de Estudantes – a primeira que se fez em Portugal – sob a cobertura de se tratar um texto de apoio às aulas da disciplina de História do Pensamento Económico.

4. Foi, pois, neste contexto que se estabeleceu a relação de Armando Castro, na sua qualidade de investigador e de economista marxista, com o ISEG.

Essa relação, que objectivamente e subjectivamente serviu de ponto de apoio ao movimento estudantil, teve um primeiro momento no ano lectivo 1966-67, quando a Associação de Estudantes, procurando suprir algumas das deficiências apontadas ao currículo de estudos, organizou um curso de economia portuguesa apoiado na publicação de diversos estudos de economia aplicada em três números avulsos da *Económica Lusitânia*, a revista editada pela referida associação. Na sequência deste curso, iniciou-se a publicação de uma nova série, em 1968, cujo primeiro número contava já com um texto de Armando Castro, *Algumas considerações acerca da necessidade duma metodologia científica na investigação económica aplicada*, no qual alertava os estudantes para a necessidade de superar “um pragmatismo que é um aduersário sério duma orientação sistemática que procure auscultar as estruturas fundamentais da vida económica.”

Esta colaboração teve sequência noutros momentos, designadamente numa conferência cujo tema era a inflação em Portugal – um fenómeno recente, mas com implicações políticas relevantes e óbvias – e cujo fundamento era a apresentação do livro recém publicado por Armando Castro, *O que é a inflação? Porque sobem os preços*. Recordo essa sessão nocturna, ocorrida presumivelmente em 1970, num anfiteatro repleto de estudantes, desde logo porque foi a primeira vez que, na minha qualidade de estudante anónimo, contactei com Armando Castro.

Recordo também a realização de diversas sessões de debate sobre a situação da economia portuguesa organizadas pelas estruturas associativas, por regra à tarde e fora do tempo normal de aulas. Ainda que sem a presença de Armando Castro, o debate assentou em algumas sessões que recordo, nas suas colectâneas de ensaios sobre a economia portuguesa e em particular no seu livro *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*, originalmente publicado em 1970.

Pela mesma época, presumivelmente em 1972, existia no plano de estudos do ISEG uma cadeira de economia portuguesa cujo programa era essencialmente uma história da economia portuguesa. O responsável da cadeira era um assistente que, com o apoio dos estudantes, recorreu a convites informais a especia-

listas que pudessem leccionar algumas aulas, entre os quais José Tengarrinha e Armando Castro. Este terá então leccionado três sessões, ao que creio, nas quais não participei – a disciplina não era do meu ano – mas das quais recebi eco do agrado dos estudantes pela solução encontrada. Julgo mesmo que há uma relação directa entre essas sessões e a publicação, em 1973, do seu livro *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*.

5. O 25 de Abril permitiu que Armando Castro assumisse finalmente a posição que lhe era devida pela Universidade, ao ingressar na Faculdade de Economia do Porto. Admitido então como professor catedrático, e integrando o núcleo de ciências sociais, teve pela primeira vez a oportunidade de realizar um ensino que se repartiu, entre outras disciplinas, pelas de economia portuguesa, história económica portuguesa e história do pensamento económico.

No decurso dos anos 70, numa fase em que a cultura marxista esteve mais presente na vida portuguesa, a sua obra obteve dentro e fora da Universidade uma adequada e merecida difusão – pese a circunstância de a sua escrita nem sempre ser fácil de seguir –, designadamente entre a geração de economistas (e de outros cientistas sociais) então em formação ou já formados, bem como junto de um público anónimo e não especializado, como sucedeu na Universidade Popular do Porto.

Mas, mesmo no âmbito estritamente universitário, não foi só na Faculdade onde leccionava que a relevância da sua obra perdurou. Também perdurou no ISEG e mesmo no âmbito do ensino formal. No ano lectivo de 1993-94, funcionou neste instituto, no curso de mestrado de história económica, uma disciplina designada História da Economia Portuguesa - II, em cuja bibliografia figuravam cinco textos de Armando Castro. Uma outra disciplina desse mesmo curso, História do Pensamento Económico em Portugal, que eu próprio leccionei, tinha como referência básica o conjunto de três volumes que publicou entre 1978 e 1980 – *As ideias económicas no Portugal medieval (séc. XII a XV)*, *Doutrinas económicas em Portugal (séc. XVI a XVIII)* e *O pensamento económico no Portugal moderno* – volumes que, no seu conjunto, se aproximavam de um manual de ensino e que traziam consigo uma significativa alteração na metodologia dessa área de investigação. Alguns outros dos escritos, de que é exemplo o estudo que

dedicou ao economista Acúrsio das Neves, constituíram também referências bibliográficas da referida disciplina.

A colaboração de Armando de Castro com o ISEG, já na sua qualidade de professor catedrático, prosseguiu com alguma regularidade, quer participando activamente em encontros científicos, como aquele em se assinalava o cinquentenário da publicação da *Teoria Geral* de Keynes, no qual apresentou uma comunicação intitulada *A teoria económica de Keynes na encruzilhada do nosso tempo: uma sondagem epistemológica*, ou aquele outro encontro que, reunindo historiadores do pensamento económico portugueses, em 1988, apresentou a comunicação *A construção científica do pensamento económico em Portugal: história doutrinal e história económico-disciplinar*, ou ainda aquele outro encontro, em 1992, reunindo investigadores portugueses e espanhóis, que haveria de um pouco mais tarde dar origem à Associação Ibérica de História do Pensamento Económico e no qual apresentou uma comunicação sobre as ideias económicas de Andrade Corvo.

Esta nova fase do seu relacionamento com o ISEG compreendeu também a participação em júris e a orientação de teses de doutoramento, como sucedeu comigo e na qual ocupou um curioso dupla posição: é que se, por um lado, era até certo ponto sujeito, isto é, “co-autor”, tanto quanto um orientador influencia a tese do seu orientado, era também ele próprio, por outro lado, objecto de análise enquanto actor relevante na cena das ideias económicas em Portugal após o termo da Segunda Guerra Mundial (foi esse o tema da minha tese).

Em qualquer caso, a ideia de solicitar a Armando Castro a orientação do meu doutoramento nasceu da minha condição de leitor de parte significativa da sua obra e da conseqüente ideia que o caminho que ele havia trilhado enquanto investigador e cidadão era aquele que eu próprio, dentro das minhas limitações e à minha escala, ambicionava prosseguir.

Apresentada esta minha pretensão a Pereira de Moura, à data com funções de gestão científica no ISEG, que mantinha com Armando Castro uma relação mútua de cordialidade e admiração pelo papel que ambos desempenharam no meio científico português, ela foi imediatamente aceite e encorajada, tendo-se Pereira de Moura oferecido para realizar um contacto preliminar com Armando Castro, em ordem a dar curso à minha pretensão. Não tenho memória se esse contacto chegou ou não a existir,

mas a realidade é que não houve nenhuma hesitação, de modo que no início da década de 80 comecei a trabalhar regularmente, no âmbito da preparação da tese e de um ou outro estudo, com Armando Castro.

Apesar do seu método algo individualista de trabalho – nunca publicou um texto em co-autoria, nem nunca procurou “fazer escola”, nem deixar discípulos, nem organizar grupos de investigação em torno de si ou da sua obra – encontrei sempre em Armando Castro, ao longo desses anos em que com ele convivi mais intensamente, a maior disponibilidade para acompanhar o meu trabalho, para me dar a sua visão sobre as questões que íamos analisando e discutindo, para me fazer ver as implicações do que ia escrevendo.

De Armando Castro, cuja obra revisito com alguma frequência, guardo o exemplo do cidadão e do político – fazer política significa intervir ativamente na realidade –, a memória de um investigador de excelência, a saudade de um verdadeiro Mestre com quem espero ter aprendido alguma coisa e cujo convívio e amizade muito me honraram.